

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 13808.001781/97-11  
Recurso nº : 126.143  
Matéria : IRPJ e OUTROS – EX.: 1992  
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO/SP  
Interessada : CREDICARD S/A – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO  
Sessão de : 29 DE MAIO DE 2001  
Acórdão nº : 105-13.505

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – RECURSO DE OFÍCIO –  
DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO LANÇAMENTO – É nulo o  
lançamento cuja formalização não atenda às normas contidas no  
artigo 142, do CTN, combinado com os artigos 10 e 11, do Decreto nº  
70.235/1972.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício  
interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO em SÃO  
PAULO/SP.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso de ofício, nos  
termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA - PRESIDENTE

  
LUIS GONZÁGA MEDEIROS NÓBREGA - RELATOR

FORMALIZADO EM: 26 JUN 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: ÁLVARO BARROS  
BARBOSA LIMA, MARIA AMÉLIA FRAGA FERREIRA, NILTON PÊSS e JOSÉ CARLOS  
PASSUELLO. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros ROSA MARIA DE JESUS DA  
SILVA COSTA DE CASTRO e DANIEL SAHAGOFF.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 13808.001781/97-11 2  
Acórdão nº : 105-13.505  
Recurso nº : 126.143  
Recorrente : DRJ EM SÃO PAULO - SP  
Interessada : CREDICARD S/A – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO

**R E L A T Ó R I O**

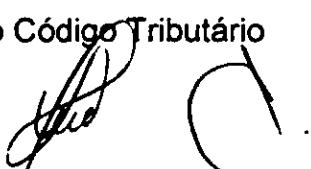
A contribuinte acima, já qualificado nos autos, teve contra si emitidas as Notificações de Lançamento Suplementar de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (fls. 07), de Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL (fls. 09) e de Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido – ILL (fls. 11), decorrentes de revisão interna de sua declaração de rendimentos relativa ao exercício de 1992, na qual foram constatadas as seguintes irregularidades, segundo o demonstrativo de fls. 29:

1. *valor do lucro inflacionário realizado na demonstração do lucro real, abaixo do valor mínimo obrigatório (atividades tributadas a 30%), contrariando o disposto nos artigos 22 e 23, da Lei nº 7.799/1989;*

2. *valor da exclusão de resultados de participações societárias na demonstração do lucro real maior que na demonstração do lucro líquido, com infração aos artigos 154, 256, 262 e 388, inciso II, todos do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 85.450, de 04/12/1980 (RIR/80).*

Inconformada com as exigências, ingressou a autuada com impugnação tempestiva de fls. 01/04, onde contesta a acusação fiscal, alegando erros de fato no preenchimento da declaração de rendimentos revisada, e que a diferença apontada no lucro inflacionário já foi objeto de tributação à alíquota de 5%, na forma do artigo 31, inciso V, da Lei nº 8.541/1992, conforme cópia do documento de arrecadação (DARF) de fls. 33.

A autoridade julgadora de primeira instância, em Decisão de fls. 42/46, declarou nulos os lançamentos, sob o fundamento de que as notificações de que se cuida não contêm todos os pressupostos legais previstos no artigo 142, do Código Tributário



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 13808.001781/97-11  
Acórdão nº : 105-13.505

3

Nacional – CTN, por aplicação do disposto nos artigos 5º e 6º, da Instrução Normativa SRF nº 94/1997.

Como o crédito tributário exonerado na decisão, supera o limite de alçada previsto na Portaria MF nº 333/1997, a autoridade administrativa recorreu de ofício, a este Colegiado, na forma determinada pelo artigo 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/1972, com a redação dada pelo artigo 67, da Lei nº 9.532/1997.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "J. P. S. J. P. S." followed by a surname, is positioned below the typed text. A small arrow points from the text "É o relatório." towards the signature.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 13808.001781/97-11  
Acórdão nº : 105-13.505

4

**V O T O**

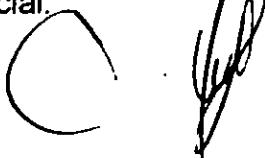
Conselheiro LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA - Relator

O crédito tributário exonerado pela decisão da autoridade julgadora de primeira instância supera o limite de alcada previsto na Portaria MF nº 333/1997, razão pela qual tomo conhecimento do Recurso de Ofício.

A nulidade das exigências declarada pelo julgador singular no presente processo, se fundamentou na Instrução Normativa SRF nº 94/1997, na qual a administração tributária, reconhecendo a precariedade da formalização dos lançamentos suplementares efetuados pela Secretaria da Receita Federal, determinou que os Delegados da Receita Federal de Julgamento adotassem a citada medida, sempre que o lançamento contrariasse as disposições contidas no artigo 142, do CTN.

No caso dos autos, verifica-se que as Notificações de Lançamento emitidas, quer as originais de fls. 30 a 32, quer as retificadoras de fls. 07, 09 e 11, não atendem as citadas disposições legais, o que traz, como principal consequência, dificuldades para o sujeito passivo exercer, na plenitude, o seu direito de defesa, restando inteiramente caracterizado o vício processual determinante da declaração de nulidade das exigências, a qual, no meu entender, deve ser confirmada pelo Colegiado nesta oportunidade.

Como bem ressalvado pelo julgador singular, tal decisão não prejudica a possibilidade de a autoridade lançadora formalizar novos lançamentos em substituição aos anulados, observada a legislação de regência, os argumentos da contribuinte e o prazo decadencial.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 13808.001781/97-11  
Acórdão nº : 105-13.505

**5**

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao Recurso de Ofício interposto, para manter a decisão recorrida, confirmado a declaração de nulidade dos lançamentos.

Sala das Sessões – DF, em 29 de maio de 2001

LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA - Relator

